

**Elo Participações Ltda.**

CNPJ nº 09.227.099/0001-33

**Relatório da Administração**

**Senhores Sócios:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No exercício, a Sociedade registrou Lucro líquido de R\$ 573,9 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 2,5 bilhões e Ativos totais de R\$ 2,7 bilhões. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 28 de março de 2019.

**A Administração**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	580.117	241.512	4.567.330	3.953.153	Passivos com instituições financeiras	14	-	-	758.285	674.183
Instrumentos financeiros	5	-	-	174.378	176.526	Fornecedores		2.775	1.304	44.257	43.373
Empréstimos e recebíveis	6	-	-	581.025	340.672	Contas a pagar operacionais	15	-	-	2.611.488	2.199.356
Contas a receber	7	1.639	2.042	3.271.635	2.645.178	Obrigações com portadores	16	-	-	1.492.815	1.591.974
Imposto a recuperar	8	10.466	6.790	124.404	132.121	Programa de incentivo a vendas	17	-	-	71.777	24.366
Dividendos a receber	21.a	105.316	69.154	-	-	Salários e encargos	18	13.617	11.359	118.836	97.227
Despesas antecipadas	9	1.156	912	81.872	57.182	Impostos e contribuições a recolher	19	675	920	59.117	73.293
Outros créditos	10	13.269	9.934	661.568	216.027	Passivos contingentes	26	-	-	119.549	132.488
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>711.963</b>	<b>330.344</b>	<b>9.462.212</b>	<b>7.520.859</b>	Dividendos a pagar	21.b	143.492	82.573	155.655	83.649
<b>Não circulante</b>						Instrumentos financeiros - derivativos	20	-	-	-	514
Despesas antecipadas	9	-	-	27.760	15.949	Outras contas a pagar	22	3.467	5.817	2.667.285	1.722.703
Depósitos		2.463	1.081	96.915	65.292	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>164.026</b>	<b>101.973</b>	<b>8.099.064</b>	<b>6.643.126</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.b	4.084	1.366	601.903	650.249	<b>Não circulante</b>					
Outros créditos	10	-	-	2.177	2.864	Passivos contingentes	26	2.593	1.146	56.859	55.072
Investimento	11	1.789.547	1.792.461	13.484	-	Salários e encargos	18	5.627	2.822	15.060	11.573
Ágio sobre investimento	11	176.969	89.637	365.698	365.698	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	-	-	31.955	32.931
Imobilizado	12	7.763	8.988	44.240	42.077	Outras contas a pagar	22	-	-	301	5.372
Intangível	13	773	993	227.728	246.056	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>8.220</b>	<b>3.968</b>	<b>104.175</b>	<b>104.948</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.981.599</b>	<b>1.894.526</b>	<b>1.379.905</b>	<b>1.388.185</b>	<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>					
						Capital social	27.a	1.052.000	930.000	1.052.000	930.000
						Ajustes de avaliação patrimonial		44	8.109	44	8.109
						Reservas legal	27.b	85.480	86.750	85.480	86.750
						Reserva estatutária de expansão	27.c	1.383.792	1.094.070	1.383.792	1.094.070
						<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>2.521.316</b>	<b>2.118.929</b>	<b>2.521.316</b>	<b>2.118.929</b>
						Participação de acionistas não controladores		-	-	117.562	42.041
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.521.316</b>	<b>2.118.929</b>	<b>2.638.878</b>	<b>2.160.970</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>2.693.562</b>	<b>2.224.870</b>	<b>10.842.117</b>	<b>8.909.044</b>

**Demonstrações dos resultados dos exercícios**

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Receita operacional</b>	28	-	-	<b>4.609.074</b>	<b>3.351.378</b>
Custo dos serviços prestados	29	-	-	(2.081.094)	(1.697.497)
<b>Lucro bruto</b>				<b>2.527.980</b>	<b>1.653.881</b>
<b>Receitas (despesas), líquidas</b>					
Pessoal	29	(1.413)	(17.949)	(431.705)	(368.538)
Gerais e administrativas	29	(4.135)	(4.588)	(955.557)	(675.858)
Resultado com equivalência patrimonial	11	571.671	352.788	13.484	-
Outras receitas/(despesas)	29	(15.775)	-	(231.764)	(294.369)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>550.348</b>	<b>330.251</b>	<b>922.438</b>	<b>315.116</b>
Receitas financeiras	30	28.938	20.110	314.403	510.604
Despesas financeiras	30	(1.378)	(938)	(266.597)	(289.542)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>577.908</b>	<b>349.423</b>	<b>970.244</b>	<b>536.178</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	25.a	(6.656)	(2.388)	(370.747)	(316.348)
Diferidos	25.a	2.716	641	38.580	138.674
<b>Lucro líquido</b>		<b>573.968</b>	<b>347.676</b>	<b>638.077</b>	<b>358.504</b>
Atribuível a:					
Acionistas controladores		573.968	347.676	573.968	347.676
Acionistas não controladores		-	-	64.109	10.828
Lucro por lote de mil quotas em R\$		0,5456	0,4671	-	-

**Demonstrações de resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Resultado dos exercícios</b>		<b>573.968</b>	<b>347.676</b>	<b>638.077</b>	<b>358.504</b>
Outros resultados abrangentes		(8.065)	10.095	(8.065)	10.095
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>565.903</b>	<b>357.771</b>	<b>630.012</b>	<b>368.599</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		565.903	357.771	565.903	357.771
Acionistas não controladores		-	-	64.109	10.828
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>565.903</b>	<b>357.771</b>	<b>630.012</b>	<b>368.599</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido (acionistas controladores)	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>800.227</b>	<b>(1.986)</b>	<b>69.366</b>	<b>976.124</b>	<b>-</b>	<b>1.843.731</b>	<b>32.286</b>	<b>1.876.017</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	10.095	-	-	-	10.095	-	10.095
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	(1.073)	(1.073)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	347.676	347.676	10.828	358.504
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal		-	-	17.384	-	(17.384)	-	-	-
Aumento de capital		129.773	-	-	(129.773)	-	-	-	-
Dividendos propostos	21.b	-	-	-	-	(82.573)	(82.573)	-	(82.573)
Reserva para expansão		-	-	-	247.719	(247.719)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>930.000</b>	<b>8.109</b>	<b>86.750</b>	<b>1.094.070</b>	<b>-</b>	<b>2.118.929</b>	<b>42.041</b>	<b>2.160.970</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(8.065)	-	-	-	(8.065)	-	(8.065)
Adoção inicial do CPC 47 e 48		-	-	-	-	(13.000)	(13.000)	-	(13.000)
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	11.412	11.412
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	573.968	573.968	64.109	638.077
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal		-	-	(1.270)	-	-	(1.270)	-	(1.270)
Aumento de capital		122.000	-	-	(122.000)	-	-	-	-
Dividendos propostos	21.b	-	-	-	-	(143.492)	(143.492)	-	(143.492)
Reserva para expansão		-	-	-	411.722	(417.476)	(5.754)	-	(5.754)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>1.052.000</b>	<b>44</b>	<b>85.480</b>	<b>1.383.792</b>	<b>-</b>	<b>2.521.316</b>	<b>117.562</b>	<b>2.638.878</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)****1. Contexto operacional**

A Elo Participações Ltda. ("Sociedade") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como sócios controladores diretos o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512, 2º, 8º e 11º andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" Barueri, São Paulo.

A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Sociedade, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 28 de março de 2019.

**Controladas diretas**

No dia 11 de julho de 2018, houve uma reorganização societária na Sociedade, onde sua controlada direta Companhia Brasileira de Soluções e Serviços ("CBSS"), transferiu os seus investimentos para o seu controlador direto Elo Participações Ltda. Dessa forma, a Sociedade encerra o exercício de 2018 com novos investimentos diretos, demonstrado no quadro abaixo:

**Empresas**

Empresas	Setor	Controladas	2018 Participação no capital social	2017 Participação no capital social
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS)	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Elo Serviços S.A. (a)	Serviços	Direta	56,97%	66,67%
Elo Holding Financeira S.A.	Holding	Direta	100,00%	100,00%
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Livelo S.A. (b)	Serviços	Direta	100,00%	0,00%
Movera Serviços do Empreendedorismo Ltda. (b)	Serviços	Direta	99,99%	0,00%
Ibi Promotora de Vendas Ltda. (b)	Serviços	Direta	99,99%	0,00%
Kartra Participações Ltda. (b)	Holding	Direta	99,99%	0,00%

(a) No exercício de 2018, houve transferências de ações da controlada Elo Serviços S.A. entre os acionistas Caixa Participações S.A. e a Bradescard Elo Participações S.A.

(b) Investimentos transferidos para a Sociedade Elo Participações Ltda. através da reorganização societária entre a sua controlada direta Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS).

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

**Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS)** - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a: (i) a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; (ii) desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e

continua →



—☆ continuação

veículos de divulgação; (iii) a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas; e (iv) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. **Elo Serviços S.A.** - tem como objetivo a prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, inclusive através de meios eletrônicos, a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes por terceiros à Sociedade.

**Elo Holding Financeira S.A.** - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

**Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.** - tem como objetivo atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, a prestação de serviços, o planejamento e o desenvolvimento de tecnologia nas áreas bancária, comercial, industrial ou de serviços, inclusive através da indicação de operadores de rede, definição de padrões e arquitetura tecnológica, acompanhamento de contratos e planejamento logístico, visando à implantação, administração, operação, manutenção ou integração de redes próprias ou de terceiros de caixas automáticas e equipamentos similares acionadas por clientes de instituições financeiras e de empresas administradoras de cartão de crédito, mediante o uso de tecnologias disponíveis, para a realização de operações bancárias e outros serviços possibilitados por esses equipamentos.

**Livelo S.A.** - A Companhia tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Companhia e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

**Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.** - A Sociedade tem por objeto principal a prestação de serviços relacionados ao segmento de micro finanças, podendo, neste sentido, exercer as seguintes atividades de Microcrédito Produtivo Orientado - MPO, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005 relacionados à prestação de serviços necessários à contratação e ao acompanhamento de operações de MPO e serviços de orientação e capacitação de pessoas físicas ou jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, além de, prestar serviços de correspondente de instituições financeiras, na forma dos normativos específicos.

**Ibi Promotora de Vendas Ltda.** - A Sociedade tem por objetivo a prestação de serviços relacionados à promoção de vendas, representação, prospecção de novos clientes, correspondentes de instituições financeiras e demais serviços correlatos.

**Kartra Participações Ltda.** - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições. A Sociedade possui o controle direto do Banco CBSS S.A.

#### Controladas indiretas

**Banco CBSS S.A.** - tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, as quais são autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

**Stelo S.A.** - A Companhia tem como objetivos: (i) serviços de subcredenciamento, relacionando-se com um ou mais credenciadores e habilitando estabelecimentos comerciais a aceitar instrumentos de pagamento, ampliando a rede de relacionamento dos arranjos de pagamento; (ii) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (iii) a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas; (iv) credenciamento e aceitação de instrumento de pagamento, incluindo mas não limitado a moeda eletrônica; (v) liquidação financeira das transações capturadas pelos sistemas da Companhia.

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., vendeu a sua participação direta da controlada Stelo S.A. para a empresa Aliança Pagamentos e Participações Ltda., sociedade controlada pela Cielo S.A. Dessa forma, a Sociedade encerra o exercício de 2018 sem o investimento indireto da empresa Stelo S.A.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### 2. Base de preparação

##### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

##### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas.

#### 3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

##### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

##### b. Instrumentos financeiros

A Sociedade e suas controladas classificam os ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

##### b.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de

negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

##### • Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

##### • Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### • Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

##### • Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

##### b.2 Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Sociedade optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações forward-looking.

A Sociedade presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Sociedade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

##### • Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

##### • Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

##### b.3 Impacto no Balanço Patrimonial

A Sociedade adotou o CPC 48 usando o método de efeito cumulativo e como resultado não aplicou os requerimentos do CPC 48 para o período comparativo. Portanto as informações de 2017 estão apresentadas conforme as informações anteriormente divulgadas e preparadas de acordo com o CPC 38.

A tabela a seguir resume o impacto líquido consolidado da transição para o CPC 48:

**Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017, conforme CPC 38**

Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(22.174)
Caixa e equivalentes de caixa	33.934
IRPJ e CSLL diferido	565
	<u>(4.128)</u>

**Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018, conforme CPC 48**

	8.197
--	-------

Os impactos estão apresentados na demonstração do patrimônio líquido e na demonstração do fluxo de caixa.

##### c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas

são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Veículos	5 anos
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### d. Despesas antecipadas

São contabilizados nesta rubrica os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

#### e. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Sociedade leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis. A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

O valor da contraprestação transferida;  
O montante reconhecido de qualquer participação não controladora na adquirida;

Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição;

O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

#### f. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Sociedade em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Sociedade possui controle compartilhado, onde a Sociedade tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

#### g. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

#### h. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

#### i. Redução ao valor recuperável do ativo

##### Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;

- Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições que a mesma não consideraria normais;

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de *impairment* inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Sociedade considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

##### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquelos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Sociedade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais, são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Sociedade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

—☆ continua

→☆ continuação

**Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**j. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25:

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

**Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

**Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

**k. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

**CPC 47: Receita de Contratos com Clientes**

Em 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o CPC 47 que estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes:

- Identificação do contrato com o cliente;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação de preços da transação;
- Reconhecimento de receita.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

**Impacto no Balanço Patrimonial**

A Sociedade adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo e como resultado não aplicou os requerimentos do CPC 47 para o período comparativo. Portanto as informações de 2017 estão apresentadas conforme as informações anteriormente divulgadas e preparadas de acordo com o CPC 30.

A tabela a seguir resume o impacto líquido consolidado da transição para o CPC 47.

**Patrimônio Líquido Impactos da adoção inicial ao CPC 47**

Lucros acumulados (a) 4.803

(a) Refere-se a ajuste de lucros acumulados de 2017 decorrente da adoção inicial do CPC 47 da controlada Elo Serviços S.A.

Os impactos estão apresentados na demonstração do patrimônio líquido e na demonstração do fluxo de caixa.

**I. Outras receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**m. Receitas (despesas) líquidas**

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

**n. Benefícios a empregados**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos que esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**(i) Impostos correntes**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

**(ii) Impostos diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas,

coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

**p. Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

**q. Nova norma e interpretação ainda não efetiva**

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2018 e não houve adoção antecipadamente pela Sociedade e suas controladas:

**• CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil**

A nova norma terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo a ser depreciado com respectivo passivo e encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos: • Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.

• O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses.

A Sociedade e suas controladas realizaram estudos prospectivos iniciais sobre os impactos para adoção com início a partir de 1º de janeiro de 2019, e não foram identificados impactos contábeis relevantes.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	10	828	75.316	104.672
Aplicação Financeira:				
Fundos de investimentos (a)	229.762	240.684	3.578.636	3.760.037
Certificado de depósito bancário (b)	351.141	-	895.718	23.228
Operações compromissadas com lastro em debêntures (b)	-	-	-	50.073
Operações financeiras pós-fixados	-	-	20.183	15.143
(-) Perda esperada (c)	(796)	-	(2.523)	-
	<b>580.117</b>	<b>241.512</b>	<b>4.567.330</b>	<b>3.953.153</b>

(a) A Sociedade possui fundos de investimentos, não exclusivos, administrados substancialmente pelos bancos Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. A classificação é pelo valor justo, e estão classificadas no nível 2.

(b) Os certificados de depósito bancários e operações compromissadas com lastros em debêntures estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate e estão classificadas como Nível 2.

(c) Referem-se à provisão de perda esperada pelas aplicações financeiras. Em aderência ao CPC 48, essa provisão se inicia no exercício de 2018. Substancialmente, as aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

Empresas	2018		2017	
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação no capital social
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	201	100	(9)	201
Elo Holding Financeira S.A.	201	189	42	201
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	432.061	827.486	368.486	2.000
Elo Serviços S.A. (a)	54.809	273.203	154.666	1.430.581
Nível S.A. (b)	139.100	167.923	134.457	139.100
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. (b)	65.500	26.877	(3.176)	65.500
Ibi Promotora de Vendas Ltda. (b)	30.531	18.974	12.933	30.531
Kartra Participações Ltda. (b) e (c)	718.110	578.937	23.002	718.110
	<b>1.789.547</b>	<b>571.671</b>	<b>1.792.461</b>	<b>352.788</b>

(a) No exercício de 2018, houve transferências de ações da controlada Elo Serviços S.A. entre os acionistas Elo Participações Ltda., Caixa Participações S.A. e a Bradescard Elo Participações S.A.

(b) Investimentos transferidos através da reorganização societária da controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

(c) Holding financeira controladora do Banco CBSS S.A.

**Composição de ágios sobre investimentos:**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	87.332	-	87.332	87.332
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	89.637	89.637	89.637	89.637
Banco CBSS S.A.	-	-	188.729	188.729
	<b>176.969</b>	<b>89.637</b>	<b>365.698</b>	<b>365.698</b>

Os ágios fundamentados com expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi realizado teste de impairment, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável.

**12. Imobilizado**

	Controladora						
	2018		2017				
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	
Instalações	10	6.664	(2.309)	4.355	6.662	(1.639)	5.023
Móveis e equipamentos de uso	10	3.186	(1.037)	2.149	3.039	(723)	2.316
Sistemas de processamento de dados	20	680	(183)	497	466	(70)	396
Sistemas de comunicação	20	848	(558)	290	850	(382)	468
Outras imobilizações	20	1.552	(1.080)	472	1.552	(767)	785
		<b>12.930</b>	<b>(5.167)</b>	<b>7.763</b>	<b>12.569</b>	<b>(3.581)</b>	<b>8.988</b>

**5. Instrumentos financeiros**

	Consolidado	
	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro	174.295	163.729
Ajuste a valor de mercado	83	12.797
	<b>174.378</b>	<b>176.526</b>

Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadrados no Nível 2.

O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

**6. Empréstimos e recebíveis**

	Consolidado	
	2018	2017
Operações de crédito	581.025	340.672
	<b>581.025</b>	<b>340.672</b>

**7. Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes (a)	-	-	2.679.965	2.286.826
Contas a receber partes relacionadas	1.643	2.042	638.068	391.975
(-) Provisão para redução do valor recuperável (b)	-	-	-	(33.623)
(-) Perda esperada (c)	(4)	-	(46.398)	-
	<b>1.639</b>	<b>2.042</b>	<b>3.271.635</b>	<b>2.645.178</b>

(a) Contas a receber operacional de clientes, substancialmente relativo aos produtos de alimentação e refeição da Controlada CBSS, com vencimento no máximo de 90 dias.

(b) Refere-se à provisão para redução do valor recuperável reconhecida conforme CPC 38.

(c) Refere-se à provisão de perda esperada de clientes da Sociedade e suas controladas. Em aderência ao CPC 48, essa provisão se inicia no exercício de 2018.

As controladas dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default".

**8. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda retido na fonte	9.682	6.592	82.338	89.641
Imposto de renda e Contribuição Social	403	80	2.957	11.611
PIS e COFINS	381	118	38.265	30.157
Outros	-	-	844	712
	<b>10.466</b>	<b>6.790</b>	<b>124.404</b>	<b>132.121</b>

**9. Despesas antecipadas**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contratos manutenção/Assinaturas/ Seguros/Licenças/Custos	1.049	912	49.439	39.869
Incentivos de vendas	-	-	40.505	18.448
Campanhas de marketing	-	-	6.901	8.536
Desconto comerciais	-	-	8.782	6.228
Outros	107	-	4.005	50
	<b>1.156</b>	<b>912</b>	<b>109.632</b>	<b>73.131</b>
Circulante	1.156	912	81.872	57.182
Não circulante	-	-	27.760	15.949

**10. Outros créditos**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento a fornecedores (a)	11.207	8.578	645.450	186.366
Adiantamento a funcionários	2.062	1.356	9.262	7.884
Outros	-	-	9.033	24.641
	<b>13.269</b>	<b>9.934</b>	<b>663.745</b>	<b>218.891</b>
Circulante	13.269	9.934	661.568	216.027
Não circulante	-	-	2.177	2.864

(a) Substancialmente na controladora, refere-se a valores a serem recebidos pelo compartilhamento de estrutura, e no consolidado, trata-se de compras de pontos da controlada Nível S.A.

**11. Investimentos**

Em 11 de julho de 2018, houve um aumento nos investimentos da Sociedade devido a uma reorganização societária realizada através de sua controlada direta (Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - "CBSS"), onde foi transferido o controle das empresas Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda., Nível S.A., Kartra Participações Ltda. e Ibi Promotora de Vendas Ltda., para a Elo Participações Ltda.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores:

	2018		2017	
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação no capital social
Instalações	201	100	(9)	201
Móveis e equipamentos de uso	201	189	42	201
Sistemas de processamento de dados	432.061	827.486	368.486	2.000
Sistemas de comunicação	54.809	273.203	154.666	1.430.581
Outras imobilizações	139.100	167.923	134.457	139.100
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. (b)	65.500	26.877	(3.176)	65.500
Ibi Promotora de Vendas Ltda. (b)	30.531	18.974	12.933	30.531
Kartra Participações Ltda. (b) e (c)	718.110	578.937	23.002	718.110
	<b>1.789.547</b>	<b>571.671</b>		

☆ continuação

## 13. Intangível

	Controladora						
	2018			2017			
	Taxa anual de amortização %	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Software e licenças	20	1.106	(333)	773	1.097	(113)	984
Outros Intangíveis	-	-	-	-	9	-	9
	<b>1.106</b>	<b>(333)</b>	<b>773</b>	<b>1.106</b>	<b>(113)</b>	<b>993</b>	
Consolidado							
	2018			2017			
	Taxa anual de amortização %	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Software e licenças	20	65.833	(14.490)	51.343	64.713	(12.675)	52.038
Projetos Corporativos	20	140.278	(49.214)	91.064	143.755	(54.003)	89.752
Ágio - Rentabilidade futura	-	40.040	(13.157)	26.883	40.040	(13.157)	26.883
Outros Intangíveis	-	58.438	-	58.438	77.383	-	77.383
	<b>304.589</b>	<b>(76.861)</b>	<b>227.728</b>	<b>325.891</b>	<b>(79.835)</b>	<b>246.056</b>	

A movimentação do intangível da Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Controladora					
	Saldo inicial em 31.12.2017	Amortização	Saldo final em 31.12.2018			
Software e licenças	984	(211)	773			
Outros Intangíveis	9	(9)	-			
<b>Total</b>	<b>993</b>	<b>(220)</b>	<b>773</b>			
Consolidado						
	Saldo inicial em 31.12.2017	Aqui-sições	Baixas	Amorti-zação	de Investi-mento (a)	Saldo final em 31.12.2018
Software e licenças	52.038	11.390	(3.553)	(7.903)	(629)	51.343
Projetos Corporativos	89.752	52.590	(15.675)	(16.243)	(19.360)	91.064
Ágio - Rentabilidade futura	26.883	-	-	-	-	26.883
Outros Intangíveis	77.373	-	-	(18.935)	-	58.438
<b>Total</b>	<b>246.046</b>	<b>63.980</b>	<b>(19.228)</b>	<b>(43.081)</b>	<b>(19.989)</b>	<b>227.728</b>

a) Refere-se à baixa de investimento da controlada indireta Stelo S.A. (vide nota explicativa 1)

## 14. Passivos com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo no consolidado é de R\$ 758.285 (R\$ 674.183 em 31 de dezembro de 2017) e corresponde a depósitos interfinanceiros da controlada indireta Banco CBSS S.A.

## 15. Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de passivo. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos consolidados correspondem a R\$ 2.611.488 (R\$ 2.199.356 em 31 de dezembro de 2017).

Após a utilização dos créditos pelos usuários, os valores utilizados são repassados aos estabelecimentos comerciais em média em até 28 dias.

## 16. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo no consolidado é de R\$ 1.492.815 (R\$ 1.591.974 em 31 de dezembro de 2017) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

## 17. Programa de incentivo a vendas

Corresponde substancialmente à união de esforços entre os canais vendedores e a sua investida CBSS, no fornecimento de cartões de refeição e alimentação, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos saldos a receber.

	Consolidado	
	2018	2017
Bancos	41.521	15.499
Outros canais vendedores	30.256	8.867
	<b>71.777</b>	<b>24.366</b>

## 18. Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Gratificações	15.814	10.307	91.954	72.934
Provisão de férias	1.768	1.855	22.898	19.291
Encargos - INSS	1.129	1.195	11.207	9.241
Encargos - FGTS	309	313	3.650	2.890
Encargos - IRRF	-	-	507	393
Outros	224	511	3.680	4.051
	<b>19.244</b>	<b>14.181</b>	<b>133.896</b>	<b>108.800</b>
Circulante	13.617	11.359	118.836	97.227
Não circulante	5.627	2.822	15.060	11.573

## 19. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	24.556
PIS	-	-	7.370	5.817
COFINS	2	-	34.628	27.397
IRRF sobre salários	558	726	5.568	4.225
Impostos sobre serviços	9	114	8.520	4.326
Outros tributos a recolher	106	80	3.031	6.972
	<b>675</b>	<b>920</b>	<b>59.117</b>	<b>73.293</b>

## 20. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos.

A controlada Lívolo S.A. adotava operações de hedge em 31 de dezembro de 2017, com o objetivo de diminuir os possíveis impactos das oscilações das taxas de câmbio dos pontos resgatados pelos clientes, em que a precificação era em moeda estrangeira.

Data da operação	Vencimento	Banco	Valor de Referência		Ajuste Líquido	
			Notional (US\$)	Indexador	Juros a.a.	(R\$) (MtM)
02/01/2017	02/01/2018	Bradesco	991	Pós-Fixado	6,89%	(269)
03/07/2017	02/01/2018	Bradesco	1.116	Pós-Fixado	6,89%	(116)
01/08/2017	02/01/2018	Bradesco	164	Pós-Fixado	6,89%	19
01/02/2017	01/02/2018	Bradesco	1.652	Pós-Fixado	6,89%	(179)
01/11/2017	01/02/2018	Bradesco	358	Pós-Fixado	6,89%	2
01/09/2017	01/03/2018	Bradesco	688	Pós-Fixado	6,82%	79
02/10/2017	02/04/2018	Bradesco	2.065	Pós-Fixado	6,76%	216
01/11/2017	02/05/2018	Bradesco	2.218	Pós-Fixado	6,73%	4
01/06/2017	01/06/2018	Bradesco	2.475	Pós-Fixado	6,70%	(237)
03/07/2017	03/07/2018	Bradesco	3.990	Pós-Fixado	6,66%	(566)
01/09/2017	03/09/2018	Bradesco	3.355	Pós-Fixado	6,71%	365
02/10/2017	01/10/2018	Bradesco	3.371	Pós-Fixado	7,73%	356
01/11/2017	01/11/2018	Bradesco	3.440	Pós-Fixado	6,75%	(32)
01/03/2017	01/03/2018	Banco do Brasil	2.774	Pós-Fixado	6,82%	(19)
03/04/2017	01/04/2018	Banco do Brasil	2.920	Pós-Fixado	6,76%	(14)
02/05/2017	01/05/2018	Banco do Brasil	3.514	Pós-Fixado	6,73%	(123)
<b>Total</b>			<b>35.091</b>			<b>(514)</b>

## 21. Dividendos a receber e a pagar

## a. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possui provisão para recebimento de dividendos no montante de R\$ 105.316 (R\$ 69.154 em 31 de dezembro de 2017), referentes à destinação de parte do lucro líquido do exercício de suas controladas.

## b. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, à provisão para pagamento de dividendos na controladora e no consolidado correspondem a R\$ 143.492 e R\$ 155.655 respectivamente (R\$ 82.573 e R\$ 83.649 em 31 de dezembro de 2017).

## 22. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita diferida (a)	-	-	1.960.496	1.289.742
Provisão de custos dos serviços prestados	-	-	268.244	90.746
Provisões de despesas gerais e administrativas	3.454	3.294	103.067	20.097
Provisão de comissionamento sobre incentivos	-	-	86.984	112.511
Desenvolvimento, manutenção e suporte	-	-	93.743	43.284
<b>Crédito a clientes</b>	-	2.471	54.611	36.121
<b>Provisões de Marketing</b>	-	-	38.026	17.889
<b>Contas a pagar partes relacionadas</b>	13	52	13.642	32.590
Provisão de tributos	-	-	10.910	29.131
Serviços profissionais	-	-	33.242	33.273
Outras contas a pagar	-	-	4.621	22.691
	<b>3.467</b>	<b>5.817</b>	<b>2.667.586</b>	<b>1.728.075</b>
Circulante	3.467	5.817	2.667.285	1.722.703
Não circulante	-	-	301	5.372

(a) Refere-se substancialmente ao volume de pontos acumulados que a controlada Lívolo S.A. oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

## 23. Partes relacionadas

	Controladora				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	Recei-Ativo (Pas-sivo) pesas)	tas (Des-sivo) pesas)						
<b>Caixa e bancos</b>								
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	4	-	824	-	59.323	-	-	-
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	4	-	3	-	19.512	-	7	-
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	4	-	12.594	-
<b>Aplicações financeiras (a)</b>								
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	356.964	14.534	152.795	11.682	1.017.585	85.164	272.005	45.120
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	226.550	14.318	87.889	8.382	3.379.860	139.498	762.707	2.138
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	34.974	1.108	15.928	5.238
<b>Contas a receber (b)</b>								
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	-	-	-	-	253.287	213.193	165.983	304.227
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	-	-	-	-	121.206	987.306	41.293	602.828
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	19.146	172.016	16.230	156.839
Cielo S.A. - Entidade com controle conjunto	-	-	-	-	244.429	372.754	168.469	123.537
Elo Serviços S.A. - controlada direta	48	-	535	-	-	-	-	-
Banco CBSS S.A. - controlada indireta	46	-	-	-	-	-	-	-
IBI Promotora de Vendas Ltda. - controlada direta	6	-	223	-	-	-	-	-
Stelo S.A. - Entidade com controle conjunto	6	-	7	-	-	-	-	-
Movera S.A. - controlada direta	557	-	4	-	-	-	-	-
Lívolo S.A. - controlada direta	926	-	11	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - controlada direta	53	-	1.261	-	-	-	-	-
<b>Programa de incentivo a vendas (c)</b>								
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	-	-	-	-	(19.300)	(82.506)	(2.188)	(72.155)
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	-	-	-	-	(22.221)	(75.742)	(9.298)	(73.499)
<b>Dividendos a Receber</b>								
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - controlada direta	92.121	-	67.003	-	-	-	-	-
Elo Serviços S.A. - controlada direta	4.216	-	2.152	-	-	-	-	-
Lívolo S.A. - controlada direta	8.978	-	-	-	-	-	-	-
<b>Dividendos a pagar</b>								
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	(71.760)	-	(46.920)	-	(72.215)	-	(46.920)	-
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	(71.732)	-	(46.901)	-	(71.732)	-	(46.901)	-
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	(2.732)	-	(1.076)	-
<b>Contas a pagar</b>								
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	(2)	(13)	-	-	(2.395)	(185.443)	(1.164)	(59.010)
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	(1)	(17)	(3)	-	(144)	(152.879)	(3.090)	(36.500)
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	(122)	(92.170)	(5.486)	(81.780)
Cielo S.A. - Entidade com controle conjunto	-	-	-	-	(112.253)	(58.787)	(17.742)	(790)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - controlada direta	(13)	-	(49)	-	-	-	-	-

(a) Refere-se à conta corrente e aplicações financeiras com remuneração atrelada à taxa DI.

(b) Substancialmente no consolidado, refere-se a valores a receber referentes a pedidos de recarga de cartões para os funcionários dos acionistas e valores a receber referentes a remuneração sobre faturamento com cartões da bandeira Elo.

(c) Valores referentes ao Programa de Incentivo a Vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes, e outras contas a pagar.

24. Honorários dos Administradores, gratificações e Previdência Privada

Os honorários dos administradores totalizaram na controladora e no consolidado R\$ 1.406 e R\$ 10.622 respectivamente (R\$ 1.259 e R\$ 10.780 em 31 de dezembro de 2017) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade. A Sociedade e suas controladas dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6.441 (R\$ 4.959 em 31 de dezembro de 2017) na qual foram contabilizadas na rubrica "Despesa com pessoal".

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado</b>	<b>577.908</b>	<b>349.423</b>	<b>1.627.606</b>	<b>536.178</b>
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
<b>Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>196.489</b>	<b>118.804</b>	<b>553.386</b>	<b>182.301</b>
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>				
Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis	492	335	(3.031)	(17.176)
Provisão para per				

→ continuação

**c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Controladora			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Até 1 ano	1.759	1.443	3.202	
Até 5 anos	648	234	882	
<b>Total</b>	<b>2.407</b>	<b>1.677</b>	<b>4.084</b>	

  

	Consolidado				
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Reserva especial de ágio Imposto de renda	Prejuízo fiscal/Base negativa Contribuição social	Total
Até 1 ano	247.737	106.586	19.578	10.953	389.482
Até 2 anos	3.554	1.354	19.578	10.953	48.949
Até 3 anos	10.312	3.718	19.578	10.953	56.057
Até 4 anos	7.683	2.765	2.757	992	32.643
Até 5 anos	16.980	6.128	–	–	48.563
Acima de 5 anos	1.710	616	–	–	26.209
<b>Total</b>	<b>287.976</b>	<b>121.167</b>	<b>61.491</b>	<b>33.851</b>	<b>601.903</b>

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2018 no individual e no consolidado correspondem a R\$ 3.650 e R\$ 534.054 respectivamente (R\$ 1.188 e R\$ 548.446 em 2017).

**26. Passivos contingentes**

A Sociedade e suas controladas são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas e previdenciárias	–	–	108.147	120.911
Tributárias	2.593	1.146	56.860	55.071
Cíveis	–	–	11.401	11.578
	<b>2.593</b>	<b>1.146</b>	<b>176.408</b>	<b>187.560</b>
Circulante	–	–	119.549	132.488
Não circulante	2.593	1.146	56.859	55.072

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas/Reversões	Saldo em 31.12.2018
Tributárias	1.146	1.447	–	2.593
	<b>1.146</b>	<b>1.447</b>	–	<b>2.593</b>

  

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas/Reversões	Saldo em 31.12.2018
Trabalhistas e previdenciárias	120.911	43.077	(55.841)	108.147
Tributárias	55.071	17.316	(15.527)	56.860
Cíveis	11.578	8.871	(9.048)	11.401
	<b>187.560</b>	<b>69.264</b>	<b>(80.416)</b>	<b>176.408</b>

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31 de dezembro de 2018 esses processos somam no consolidado R\$ 85.444 (R\$ 84.972 em 2017). A controladora não possui passivos contingentes classificados com o de risco possível.

**a. Processos trabalhistas**

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" e "indenizações" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

**b. Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

**c. Obrigações legais - Tributárias**

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

**27. Patrimônio líquido****a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social é de R\$ 1.052.000 (R\$ 930.000 em 2017), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.052.000 (930.000 em 2017) quantidade de quotas.

**b. Reserva legal**

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa reserva é de R\$ 85.480 (R\$ 86.750 em 31 de dezembro de 2017).

**c. Reserva para expansão**

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Sociedade e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Sociedade entende necessária a criação da reserva de expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2018 a reserva de expansão apresenta um saldo de R\$ 1.383.792 (R\$ 1.094.070 em 2017).

**28. Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	2018	2017
Prestação de serviços de benefícios Alelo	1.562.726	1.413.496
Programa de pontos Nivelô	1.823.995	1.073.632
Bandeira ELO	947.441	689.882
Serviços bancários	684.160	508.253
Serviços da Ibi Promotora	82.031	12.877
Serviços de microcrédito da Movera	43.255	28.940
Outras receitas	–	891
	<b>5.143.608</b>	<b>3.727.971</b>
Receita bruta	5.143.608	3.727.971
Impostos sobre serviços	(534.534)	(376.593)
	<b>4.609.074</b>	<b>3.351.378</b>

**29. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos serviços prestados (a)	–	–	(2.081.094)	(1.697.497)
Despesas com pessoal	(1.413)	(17.949)	(431.705)	(368.538)
Infraestrutura	(164)	(127)	(222.309)	(177.581)
Despesa de marketing	(253)	(513)	(312.185)	(186.315)
Honorários profissionais	(1.611)	(1.890)	(103.940)	(83.726)
Serviços de terceiros	(232)	(225)	(108.871)	(40.610)
Despesas de aluguel e manutenção	(1.632)	(1.366)	(41.483)	(43.744)
Despesa de serviços financeiros	–	–	(60.914)	(1.823)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(158)	(125)	(23.860)	(21.408)
Depreciações e amortizações	(224)	(119)	(51.422)	(49.100)
Tributos e taxas administrativa	(33)	(11)	(4.003)	(3.126)
Despesas com telefonia	(8)	(3)	(3.116)	(1.959)
Despesa de contribuições e doações	(111)	(145)	(12.082)	(10.754)
Despesas com material de escritório	(16)	(6)	(3.657)	(1.239)
Créditos de PIS e COFINS sobre despesas	262	118	162.561	111.653
Outras despesas administrativas	45	(176)	(170.276)	(166.126)
Outras receitas/(despesas) (b)	(15.775)	–	(231.764)	(294.369)
	<b>(21.323)</b>	<b>(22.537)</b>	<b>(3.700.120)</b>	<b>(3.036.262)</b>

a) Refere-se aos custos operacionais das controladas nas prestações de serviços.

b) Substancialmente na controladora, refere-se à perdas de capitais, e no consolidado, trata-se de perdas operacionais, perdas de capitais, processos e custas judiciais.

**30. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	28.854	20.073	236.974	289.812
Instrumentos financeiros	–	–	11.765	10.533
Atualizações monetárias	68	23	2.766	1.986
Variação cambial positiva	9	3	18.277	10.760
Juros e multas recebidos	–	–	7.700	9.076
Programa incentivo de vendas	–	–	15.641	17.435
Descontos obtidos	–	–	1.234	558
Outras receitas	7	11	20.046	170.444
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>28.938</b>	<b>20.110</b>	<b>314.403</b>	<b>510.604</b>
Bonificações e descontos concedidos	–	–	(197.966)	(201.285)
Programa incentivo de vendas	–	–	(12.200)	(16.566)
Atualização monetária	–	–	(5.857)	(6.515)
Serviços sistemas financeiros	–	–	(108)	99
Juros e multas	(28)	(5)	(1.567)	(5.182)
Variação cambial negativa	(1)	(1)	(17.940)	(10.089)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(17.670)	(10.561)
Outras despesas (a)	(1.348)	(931)	(13.289)	(39.443)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(1.378)</b>	<b>(938)</b>	<b>(266.597)</b>	<b>(289.542)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>27.560</b>	<b>19.172</b>	<b>47.806</b>	<b>221.062</b>

a) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

**31. Obrigações e compromissos**

**a. Serviço de captura de transações** - Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

**b. Serviço de processamento de transações com cartões Alelo** - Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

**c. Serviço de emissão de cartões Alelo** - Processo de emissão e personalização dos cartões.

**d. Logística de entrega e transporte de cartões Alelo** - Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e Vale Transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

**e. Aluguel de imóveis** - Em 26 de junho houve a alteração de endereço do imóvel locado no qual o contrato iniciou-se em 01 de dezembro de 2014 com o prazo de locação de 60 meses. Foi concedido um período de carência de 16 meses a partir da data do contrato de locação, ficando dispensada o pagamento do aluguel até março de 2016 para a adaptação do imóvel às suas atividades empresariais. O contrato deverá ser ajustado a cada período de 12 meses, sendo adotado como índice de reajuste a variação positiva do IGPM (FGV).

**32. Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, são como segue:

Tipo	Importância segurada
Predial	51.123
Responsabilidade Civil	719

**33. Gestão de Risco**

Uma das atribuições da Sociedade como holding, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executadas na Sociedade de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto a alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Sociedade conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com as boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Sociedade trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma holding e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Sociedade não possui risco de crédito, riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições. Estes riscos são tratados individualmente em cada uma das controladas. Com relação aos riscos mencionados anteriormente, o único cuja Sociedade está exposta é o risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

**• Risco Operacional**

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada as práticas de mercado, políticas internas da Elopar e à Resolução CMN nº 4.557/17.

**• Risco de mercado e liquidez**

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da companhia, bem como o cumprimento de suas obrigações.

**34. Outras informações**

(a) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram reconhecidas perdas por *impairment*.

(b) Em 28 de dezembro de 2017, foi publicada a portaria 1.287/2017 pelo Ministério do Trabalho proibindo a concessão de descontos concedidos pelas empresas Prestadoras de Serviços de Alimentação Coletiva para as empresas clientes inscritas no PAT. Dessa forma, a controlada Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. não oferece mais descontos comerciais em seus produtos de programa de alimentação trabalhistas no exercício de 2018.

**35. Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)**

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades da Sociedade passaram a estar sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Sociedade está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de riscos, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo BACEN.

Em complemento às informações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita a divulgar também, a partir da autorização a ser manifestada pelo órgão regulador, as Informações Financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As controladas Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS e Elo Serviços já realizaram o protocolo do pedido de autorização e aguardam manifestação do BACEN.

**Diretoria**

Vinicius Urias Favarão  
Diretor-Presidente

Rogério Magno Panca  
Diretor

Esther Dalmas  
Diretora

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos  
CRC1SP225353/O-0



—☆—continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da  
**Elo Participações Ltda.**  
Barueri, SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de março de 2019



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

**João Paulo Dal Poz Alouche**  
Contador - CRC 1SP245785/O-2

## Santa Cruz Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 18.237.387/0001-60

### Demonstrações Financeiras - Em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)

**Mensagem da Administração:** Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz" ou "Companhia"), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos

Balanco Patrimonial	Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não circulante</b>		<b>59.812</b>	<b>20.792</b>
Imobilizado	4	59.617	20.597
Intangível	5	195	195
<b>Total do ativo</b>		<b>59.812</b>	<b>20.792</b>
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>1.504</b>	<b>-</b>
Outras contas a pagar	6	1.504	-
<b>Passivo não circulante</b>		<b>32.582</b>	<b>-</b>
Outras contas a pagar	6	32.582	-
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>25.726</b>	<b>20.792</b>
Capital social	7	21.567	21.547
(-) Capital social a integralizar		(1)	(1)
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.968	13
Prejuízos acumulados		(808)	(767)
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>59.812</b>	<b>20.792</b>

**Demonstração do Resultado**

	2018	2017
Despesas gerais e administrativas	(41)	(10)
Prejuízo líquido do exercício	(41)	(10)
Prejuízo líquido por ação básico e diluído - R\$	(0,0019)	(0,0005)

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração de outros resultados abrangentes.

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(41)	(10)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(41)	(10)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições do Imobilizado	(4.934)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(4.934)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.975	10
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	4.975	10
Variação do caixa e equivalentes de caixa	-	-

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional:** A Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30/01/2013, cujo objeto social consiste na participação da Companhia, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, empresariais ou civis, a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades e prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. **2. Base de preparação e principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2018 foram autorizadas para emissão de acordo com a deliberação da Administração em 28/03/2019.

contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Santa Cruz é uma empresa que atua no segmento portuário, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infra-estrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamentos para futuro aumento de capital
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	21.547	(1)	(757)	20.789	20.792
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	10	10
Prejuízo do exercício	-	(10)	(10)	-	(10)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>21.547</b>	<b>(1)</b>	<b>(767)</b>	<b>20.779</b>	<b>20.792</b>
Aumento de Capital	20	-	-	(20)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	4.975	4.975
Prejuízo do exercício	-	(41)	(41)	-	(41)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>21.567</b>	<b>(1)</b>	<b>(808)</b>	<b>20.758</b>	<b>25.726</b>

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. **2.3. Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela Companhia de seus acionistas destinados a serem utilizados para aumento de capital. A Companhia classifica esses recursos em seu patrimônio líquido, pois há clara intenção de capitalização dos mesmos. **3. Principais usos de estimativas e julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir: **a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização, com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido, ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **4. Imobilizado:** Em 12/09/2013 a Companhia adquiriu um terreno de 185.881 metros quadrados e eventuais direitos decorrentes, localizado em Santos, no estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 20.597. No dia 28/11/2018 a Companhia adquiriu mais uma parte do terreno de 144.038 metros quadrados, aumentando o terreno de sua

infra-estrutura na área portuária e estamos confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos. São Paulo, 28/03/2019.

propriedade para 329.920 metros quadrados. O valor da operação é de R\$39.020, totalizando R\$ 59.617 em 31/12/2018. A área deverá ser destinada para implantação de terminal portuário. **5. Intangível:** Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e/ou perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. Não ocorreram baixas ou transferências de nenhuma natureza. **6. Outras contas a pagar:** Em 28/11/2018 adquiriu o terreno localizada em Santos/SP. O valor da operação é de R\$28,5 milhões, podendo chegar em até R\$38,0 milhões, sendo que R\$4,0 milhões foram liquidados imediatamente, R\$15,0 milhões serão pagos em 10 parcelas anuais, com a primeira vencendo em dezembro de 2019, e R\$9,5 milhões serão pagos no 6º ano, ou R\$19,0 milhões se forem alcançados marcos contratuais em até 5 anos. vide nota 4. **7. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/18 é de R\$21.567 dividido em 21.567.000 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) **Adiantamentos para futuro aumento de capital:** A Companhia recebeu em 2018 da controladora TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. a quantia de R\$4.975 por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, o saldo de R\$4.968 será integralizado no exercício seguinte.

Diretoria
<b>Dorival Paganini Junior</b> - Diretor Administrativo e Financeiro
<b>Contadora</b>
<b>Claudia Herculim</b> - CRC SP 317437/O-0

## Vida Lavanderia Especializada S.A.

CNPJ 12.403.498/0001-12

### Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - (em reais)	2018	2017	Demonstração do Resultado	2018	2017
<b>Ativo</b>			<b>Demonstração do Resultado</b>		
<b>Circulante</b>	<b>2.076.363,65</b>	<b>2.243.468,60</b>	Receita operacional líquida	13.353.663,08	12.922.358,66
Disponibilidades	264.525,18	465.848,22	(-) Custos dos serviços prestados	(11.932.781,25)	(11.672.193,21)
Clientes	1.137.999,24	1.121.357,30	<b>(=) Lucro bruto</b>	<b>1.420.881,83</b>	<b>1.250.165,45</b>
Créditos tributários	14.147,83	19.351,45	(-) Despesas operacionais e administrativas (1.209.079,31)	(707.041,79)	
Outros créditos	659.691,40	636.911,63	<b>(=) Lucro (Prejuízo) antes do</b>	<b>713.840,04</b>	<b>543.123,66</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.100.555,83</b>	<b>1.718.553,13</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>211.802,52</b>	<b>543.123,66</b>
Realizável a longo prazo	171.485,31	232.135,20	(-) Resultado financeiro líquido	(21.304,85)	(159.298,43)
Créditos a Receber	171.485,31	232.135,20	Resultados não Operacionais	35.000,00	135.362,79
Imobilizado	1.905.070,04	1.456.417,33	(=) Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	225.497,67	519.188,02
Intangível	24.000,48	30.000,60	(-) Imposto de renda e contribuição social	(193.240,27)	(214.175,25)
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.176.919,48</b>	<b>3.962.021,73</b>	<b>(=) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>32.257,40</b>	<b>305.012,77</b>
<b>Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2018</b>			<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>1) Contexto Operacional:</b> A Vida Lavanderia Especializada S/A, é uma sociedade anônima, tendo como objetivo social: a) Prestação de serviços de lavanderia que compreende lavagem e secagem de roupas e envios para hospitais de rede privada e pública em geral, -2) Apresentação das demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira - 3) Principais Práticas Contábeis: 3.1- Aplicações Financeiras: estão registradas ao custo de aplicação;-3.2- Direitos e Obrigações: estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias, observando o regime de competência - 3.3 - Estoques: Os estoques são avaliados ao custo de aquisição; 3.4- Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, obedecendo as taxas permitidas pela legislação em vigor; 3.5- As transações entre empresas ligadas, são registradas nas demonstrações; 3.6- Passivo Circulante: Demonstrado pelos valores das exigibilidades conhecidas e calculáveis, atualizadas até a data de encerramento do exercício; 4) Tributação do Resultado: O regime de tributação do Imposto de Renda é			Fluxos de caixa das atividades operacionais		
			Lucro Líquido do Período	32.257,40	305.012,77
			<b>Ajustes por:</b> Depreciação	631.497,44	471.153,59
			<b>Resultado do Exercício Ajustado</b>	<b>663.754,84</b>	<b>776.166,36</b>
			<b>Caixa líquido proveniente</b>		
			atividades operacionais	447.966,91	1.704.931,61
			<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
			Imobilizado	(1.229.307,22)	(843.612,24)
			<b>Caixa líquido usado</b>		
			atividades de investimentos	(1.229.307,22)	(843.612,24)
			<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
			Conta Garantida	(83.737,57)	(1.277.772,64)
			Empréstimos Longo Prazo	-	(65.631,51)
			<b>Caixa líquido usado atividades de</b>		
			financiamento	(83.737,57)	(1.343.404,15)
			<b>Aumento líquido de caixa e</b>		
			equivalente de caixa	(201.323,04)	294.081,58
			<b>Caixa e equivalentes de caixa início período</b>	<b>465.848,22</b>	<b>171.766,64</b>
			<b>Caixa e equivalentes de caixa fim período</b>	<b>264.525,18</b>	<b>465.848,22</b>

